

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.776.899 - MT (2020/0272393-6)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - MT012009
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO E OUTRO(S) - MT009172B
JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - MT018440
ROSILENE MARCELO - MT008886
AGRAVADO : MARIA DO CARMO RODRIGUES
ADVOGADO : BRUNO FIGUEIREDO E SILVA - MT011932

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO — RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL — INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA COM FUNDAMENTO NO ART 932 IV DO CPC — NEGATIVA DE COBERTURA DE MEDICAMENTO NÃO PREVISTO NO ROL OBRIGATÓRIO DA ANS RECUSA ABUSIVA DECISÃO MANTIDA — RECURSO DESPROVIDO É ABUSIVA A RECUSA DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE DE ARCAR COM A COBERTURA DO MEDICAMENTO PRESCRITO PELO MÉDICO PARA O TRATAMENTO DO BENEFICIÁRIO SENDO ELE OFF LABEL DE USO DOMICILIAR OU AINDA NÃO PREVISTO EM ROL DA ANS E PORTANTO EXPERIMENTAL QUANDO NECESSÁRIO AO TRATAMENTO DE ENFERMIDADE OBJETO DE COBERTURA PELO CONTRATO PRECEDENTES () (AGLNT NO ARESP 1379491PE RELATOR MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO QUARTA TURMA JULGADO EM 2942019 DJE DE 252019)

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c", do permissivo constitucional, alega violação do art.10 § 1º, da Lei nº 9.656/98, no que concerne à inexistência de ilegalidade da negativa de cobertura de procedimentos, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ademais, resta incontroverso que há expressa negativa de cobertura de procedimentos que não estão previstos no Rol de

Procedimento da ANS, assim a negativa de vigência ao artigo 10 §1º, da Lei 9.656/98, ante o visto, é evidente....

A recusa de cobertura no caso em julgamento não é ilícita, mormente se considerarmos que o contrato prevê a exclusão, conforme asseverado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (fls. 344-345).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

De todo modo, o bem-estar da paciente deve prevalecer à conveniência da Cooperativa médica à luz do princípio da dignidade da pessoa humana e de seus consectários, merecendo proteção absoluta e preferencial o direito à vida e à saúde (CF, art. 1º, III, art. 5º, caput e art. 6º, caput) - fl. 322.

Assim, incide o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui, além de fundamento infraconstitucional, fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção do julgado.

Nesse sentido: “[...] firmado o acórdão recorrido em fundamentos constitucional e infraconstitucional, cada um suficiente, por si só, para manter inalterada a decisão, é ônus da parte recorrente a interposição tanto do Recurso Especial quanto do Recurso Extraordinário. A existência de fundamento constitucional autônomo não atacado por meio de Recurso Extraordinário enseja aplicação do óbice contido na Súmula 126/STJ”. (AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: REsp 1.684.690/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe de 16/4/2019; AgRg no REsp 1.850.902/MT, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 29/6/2020; REsp 1.644.269/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 7/8/2020; AgRg no REsp 1.855.895/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; AgInt no AREsp 1.567.236/SC, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 4/6/2020; AgInt no AREsp 1.627.369/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/6/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente